

Sheila Ferreira Miranda ¹

Resumo

Pensar nos aspectos da produção identitária na contemporaneidade significa buscar pela compreensão de significados assumidos e adjudicados pelos indivíduos às transformações experienciadas ao longo de suas. No contexto de uma Psicologia Social Crítica, este debate toma especial relevância, pois a discussão reclama a elaboração de construções que contribuam para uma leitura mais profícua da realidade social, levando-se em consideração o indiscutível compromisso político assumido pela intencionalidade teórico-epistemológica de uma psicologia social historicamente situada. Tendo como base estas orientações, o objetivo deste estudo consiste em revisitarmos os caminhos tomados pela obra de Antônio da Costa Ciampa, partindo de uma leitura de sua Tese de Doutorado em direção à construção teórica do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, buscando explicitar os principais elementos conceituais e o delineamento epistemológico do seu trabalho. E ao avaliarmos o potencial analítico dos escritos do autor, defendemos que sua obra configura uma Teoria da Identidade e não apenas uma categoria analítica, cuja edificação visa, especialmente, encontrar pontos de fuga, alternativas emancipatórias perante o quadro de individualismos, coerções e dissensos causados pela inversão de valores nas sociedades modernas.

Palavras-chave: Emancipação; Identidade; Psicologia Social.

Abstract

Think about the aspects of identity in contemporary production means to quest for understanding meanings assumed by individuals and attributed to transformations experienced throughout their lives and still one of the greatest theoretical challenges of today to the different areas of the humanities. In the context of a Critical Social Psychology, this debate is especially relevant because the discussion calls for the development of theoretical constructs that contribute to a successful result reading of social reality, taking into account the undisputed political commitment of the theoretical and epistemological intentionality social psychology historically situated. Based on these guidelines, the aim of this study is to revisit the paths taken by the work of Antonio da Costa Ciampa, from a reading of his doctoral thesis toward the theoretical construction of the phrase identity-metamorphosis-emancipation, seeking to clarify the main conceptual and epistemological design of your work. And to assess the analytical potential of the writings of the author, argue that his work constitutes a theory of identity and not just an analytical category, whose building aims, especially, find vanishing points, emancipatory alternatives to the framework of individualism, coercions and dissension caused by the inversion of values in modern societies.

Keywords: Emancipation; Identity; Social Psychology.

¹ Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ). Psicóloga, Mestre em Psicologia, Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP e Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre a Identidade Humana/PUC-SP. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFSJ. E-mail: sheilaze@gmail.com

*Eu não sou mais quem você conheceu
 Não existe mais em mim os velhos tempos
 Não diga nada pois tudo é sim
 Todo caminho tem um mesmo fim
 Transformação pra poder existir
 Não estranhe*

Renato Teixeira

Pensar nos aspectos da produção identitária no contexto contemporâneo significa — como já dissemos em outro momento (Miranda, 2011) — uma infatigável busca pela compreensão de significados assumidos e adjudicados pelos indivíduos às transformações experienciadas ao longo de suas vidas e, ainda, um dos maiores desafios teóricos da atualidade para as diferentes áreas das ciências humanas (Almeida, 2005).

No contexto de uma Psicologia Social Crítica, este debate toma especial relevância, pois infere à realização de análises das relações estabelecidas entre o indivíduo e seu contexto social, demarcando tanto os determinantes que atuam na manutenção da ordem vigente, quanto as diferentes possibilidades de superação destas limitações.

Assim, ao refletirmos sobre o fenômeno das identidades, temos que ter em mente que esta discussão reclama a elaboração de elementos teóricos que contribuam para uma leitura mais profícua da realidade social, levando-se em consideração o indiscutível compromisso político assumido por uma Psicologia historicamente situada, na qual nos referenciamos principalmente a partir de Lane (1984; 1995/2009).

O desafio da discussão identitária também exige que se abram espaços de interlocuções permanentes com disciplinas afins e múltiplos autores, tendo em vista a complexidade do fenômeno e sua característica multifacetada. Neste sentido, pretendemos que o ato de nos interrogarmos sobre a atualidade dos conceitos e as articulações teóricas aqui tecidas não nos exi-

jam um “aprisionamento aos sectarismos dogmáticos” em relação aos teóricos revisitados, fazendo alusão às discussões implementadas por Carone (2007) e Ciampa (1987).

O objetivo principal deste trabalho consiste em revisitarmos os caminhos tomados pela obra de Antônio da Costa Ciampa (1984; 1987; 1999; 2002; 2003) partindo de uma leitura de sua Tese de Doutorado em direção à construção teórica do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, buscando explicitar os principais elementos conceituais, bem como o delineamento epistemológico do seu trabalho.

IDENTIDADE-METAMORFOSE: DA EPISTEMOLOGIA AO DEBATE SOBRE OS SENTIDOS

A tese defendida pelo autor no final da década de 80 – que irá modificar decisivamente os rumos conceituais da discussão do fenômeno na Psicologia Social Latino-Americana – sustenta a identidade como um processo inescapável de transformações, ou seja, compreende o sujeito através do crivo materialista histórico, subvertendo uma tradição substancialista (Carone, s/d) do conceito, que mantinha até então a ideia de “permanência e unicidade do ser” (Almeida, 2005).

A partir deste trabalho, a discussão identitária amplia-se e passa a ser tratada em termos de metamorfose (Ciampa, 1984; 1987), concepção de processo que tem

como pressuposto ontológico a ideia do ser como devir (Carone, s/d; Ciampa, 1987). A leitura sobre o sujeito deixa de ser fundamentada em algo imutável – abandonando as predicções definitivas – para ser concebida através das mudanças edificadas pelos sentidos dados ao próprio projeto de vida.

Nestes termos, “o indivíduo não é mais algo: ele é o que faz” (Ciampa, 1987, p. 135) e, portanto, é considerado produto e produtor, autor e personagem que se constrói através da atividade social em um determinado momento histórico. Assim, pensar a identidade como metamorfose significa admitir uma transformação radical nas pesquisas em Psicologia Social (Ciampa, 1987), pois de tarefa até então essencialmente descritiva (Carone, s/d), passa a ser um trabalho de nível compreensivo, que busque “(...) captar os significados implícitos, considerar o jogo das aparências” (Ciampa, 1987, p. 139).

Tentar compreender os sujeitos através desta teoria implica em acompanharmos as constantes mudanças, as diferentes representações que podem conformar tanto a expressão do movimento de alterização quanto a impressão do mesmo.

Por meio destas mudanças a identidade se conforma em “uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto, una” (Ciampa, 1987, p. 61). Nesta linha de raciocínio, temos o caráter dialético do processo, que se apresenta como uma unidade de contrários e, ao mesmo, tempo reflete a totalidade do contexto vigente no microcosmo das relações sociais: o sujeito é uno e se constrói através da multiplicidade e da mudança, de acordo com seus posicionamentos como ator e autor do próprio processo identitário.

A produção ocorre através dos processos de socialização e individualização (Habermas, 2002), nos quais os indivíduos interiorizam atribuições sociais predicadas pelos papéis e modificam-nas de acordo com seus interesses particulares na articulação de diferentes personagens (Ciampa, 1987).

Este processo aponta o caráter relacional das identidades, pois Ciampa (1987) considera que sua produção não pode ser pensada sem o alicerce dos códigos de conduta socialmente atribuídos, tomando como base a teoria dos papéis (Carone, s/d). As identidades evidenciam-se amparadas nas relações sociais no momento em que o autor, ao pensar nas condições sob as quais se produz o humano, faz o emprego pensamento de Habermas (1983) e considera proficuas suas leituras sobre a obra de Mead (1973).

A unidade da pessoa, que é construída através de uma auto-identificação intersubjetivamente reconhecida (analisada por G. H. Mead) apóia-se sobre a participação na – e sobre a delimitação da – realidade simbólica de um grupo, assim como sobre a possibilidade de se localizar tal realidade (Habermas, 1983, p. 24, grifos nossos).

Em Habermas a produção das identidades é elucidada a partir do princípio de internalização das normas sociais, que dá origem à constituição de “identidades de papel”, posteriormente superadas pelas “identidades do Eu” – construções que operam reflexivamente, transpondo os limites e exigências impostos pelas normas socializadoras. Isto significa que “o fundamento para a afirmação da própria identidade não é a auto-identificação tout court, mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida” (Habermas, 1983, p. 22, grifos do autor).

Tais afirmações abrem precedentes para compreendermos a essencialidade do Outro na formação do Eu, que o autor demarca em ambos os textos como “auto-identificação intersubjetivamente reconhecida” – partindo da concepção interacionista da subjetividade na obra de Mead (1973). Esta concepção aparece imersa na leitura dos processos psíquicos, ao levarmos em conta que os indivíduos irão buscar os referenciais para definir-se não só na auto-interpretação

de si, mas também no reconhecimento intersubjetivo (Habermas, 1983; 2002).

Mead (1973) desenvolve esta ideia quando afirma que a condição humana é inerente à constituição do self: O self constitui a dimensão da personalidade composta pela consciência que o indivíduo tem de si mesmo ou autoconsciência que, por sua vez, edifica-se a partir da incorporação das atividades sociais, possibilitando a socialização através da compreensão acerca dos símbolos compartilhados e a consequente reprodução de gestos e valores comuns. Além disto, o desenvolvimento da autoconsciência também possibilita a reflexão sobre os próprios atos e os determinantes sociais, gerando a autonomização das ações ou individuação (Habermas, 2002).

Para que o indivíduo adquira a condição de refletir sobre si mesmo, existe um pré-requisito: a compreensão dos códigos sociais compartilhados, de forma que ele só atinge um self, quando é capaz de responder aos atos sociais e ver a si mesmo a partir da perspectiva dos outros (Mead, 1925/1991).

A importância da proposição de Mead reside no pioneirismo de sua leitura teórica, ao abandonar as premissas metafísicas de discussão da subjetividade, compreendendo os processos psíquicos como fenômenos intimamente atrelados à constituição de experiências de integração do indivíduo à realidade das interações humanas. Por conseguinte, entendemos que o indivíduo não é visto como algo isolado (Ciampa, 1987), mas como produto do complexo de relações que estabelece com os outros e consigo mesmo em um contexto histórico determinado. Torna-se, portanto, impossível falarmos de uma Teoria da Identidade que se esgote na ideia de ipseidade (Almeida, 2005) como realidade absoluta, sem levarmos em consideração a subjetividade como algo gerido no âmbito das significações produzidas por outros indivíduos, instituições e grupos.

Ao considerarmos as interações como elementos fundamentais na consti-

tuição das identidades, temos sua caracterização como fenômeno ao mesmo tempo grupal e individual, de maneira que esta construção, também, ocorre pela articulação entre diferenças e igualdades, pelo critério comparativo (Ciampa, 1987).

Neste complexo a representação dos papéis designa a aparente substância, as múltiplas formas de predicções que nomeiam o indivíduo na condição de ser socializado e se exprimem na atividade social através dos vários personagens, que dão corpo, significado e movimentos peculiares aos sentidos e projetos de existência de cada um (Ciampa, 1987).

É na atividade social que ocorre a objetivação e, portanto, que temos a característica de materialidade (Carone, s/d) do processo identitário. A multiplicidade das determinações sociais se reflete nas representações individuais do sujeito, ao mesmo tempo em que ele transforma o meio e luta para se alterar, modificando seu entorno: “se não há nada que não seja devir, a superação, no devir, não é aniquilamento, mas metamorfose: morte-e-vida” (Ciampa, 1987, p. 151).

Morte-e-vida (Ciampa, 1987): é a metamorfose como possibilidade (Carone, s/d), como realidade de potencial transformação significativa e qualitativa, na qual seja possível a conscientização e os questionamentos acerca das condições e limites de sua existência histórica. A característica histórica da noção de identidade se ratifica no contexto das transformações sociais, através dos quais se precipitam diferentes formas de vida, pois como nos afirma Ciampa (1987, p. 157), “(...) não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens”.

Desse processo de transformações fazem parte abandonar ou extinguir antigas representações (morte) e mais do que isso, assumir um projeto político (vida) que remeta à humanização e à concretização da antítese no processo dialético (Konder, 1990).

A antítese ou superação do processo (que concretiza a metamorfose) ocorre justamente na emergência da crise e contradição, na negação da permanência (identidade pressuposta) que eleva o indivíduo ao sentido de uma condição de sujeito, operando transformações em termos de atividade e consciência, de forma que possa lançar-se na direção de sua mesmidade. O que significa aprender a ser Outro, não como re-atualização de uma imagem pressuposta, mas ser o “outro de si mesmo”, em um movimento que confronta desejos e limites em relação às aspirações pessoais e possibilidades de reconhecimento social, de maneira que a mudança se converta em transformação efetiva, na realização de um projeto político. Nas palavras do autor: “é sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação” (Ciampa, 1984, p. 74). Entretanto,

Se é verdade que uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia, fica claro sob que condições vivemos quando percebemos que na nossa sociedade o devir homem-sujeito é praticamente impossível (ao menos universalmente)” (Ciampa, 1987, p. 182, grifos do autor).

Na discussão acima, o autor evidencia a concepção de sujeito implícita na teoria. Temos um indivíduo no qual sua essência foi obstada, capturada pelo modo de produção capitalista. Não uma essência no sentido apriorístico do termo, mas uma aspiração por alterar-se, uma aspiração por igualdade e liberdade, que é obstada de se materializar pelo modo de produção vigente (Carone, s/d). Neste contexto, “o verdadeiro sujeito é o capital (...)” (Ciampa, 1987, p. 178), de forma que o processo de metamorfose ocorre pelos predicativos criados a partir das determinações geradas pelo capitalismo. O sujeito humano emerge dentre as necessidades, limites e possibilidades engendradas pelo próprio sistema.

Quando o autor afirma que o “devir homem-sujeito é praticamente impossível”

está também apontando o caráter negativo da identidade-metamorfose, ou seja, só seria possível a alterização (no sentido universal) se o sujeito humano não estivesse atrelado às condições de alienação geradas pelo sistema: não é, de maneira “plena”, um sujeito, “(...) é um personagem, porque as próprias relações de produção impedem-no de se tornar sujeito na história” (Carone, s/d, p. 06).

Para Ciampa (1987) o engajamento consciente num projeto político pode ser impedido, quando a metamorfose se cristaliza em seu aspecto representacional: é a identidade-mesmice, identidade-mito ou má-infinidade do processo (esta última, no sentido de não superação das contradições). Situação que se conforma numa “vida-que-nem-sempre-é-vivida” (p. 127).

Nesse sentido, para compreendemos a ideia de identidade-mesmice, precisamos mergulhar na análise do aspecto representacional da identidade. A representação é um exercício de adesão ao contexto social no interior de uma cultura, que significa a conformação de referenciais identificatórios na relação de confronto estabelecida entre os desejos pessoais e a sua organização segundo modelos sociais de conduta (Almeida, 2005). Assim, o indivíduo se re-apresenta ao outro como sempre idêntico, buscando se objetificar e ser reconhecido (Ciampa, 1987).

Este fenômeno fica explícito através da distinção entre personagem e papel tematizada por Ciampa (1987). O papel traduz uma atividade padronizada, caracterizando a interiorização de predicados normativamente definidos pela esfera coletiva. Apresenta-se como um aspecto substantivo das identidades-metamorfose, podendo representar uma das diversas posições do sujeito na estrutura social. De tal modo que esta noção evidencia a articulação entre objetividade e subjetividade, na medida em que a pressuposição de uma identidade é encarnada pelo sujeito no cotidiano das suas múltiplas representações e determinações.

Mas a generalidade do papel, ou da representação de uma identidade pressuposta é encarnada apenas como parte de um processo muito mais complexo, que envolve sua objetivação através da representação idiossincrática dos personagens. Cada ator social apresenta um modo diferente de representar o papel com suas características próprias, seu toque pessoal e atribuindo adjetivos singulares aos personagens, que são edificados através da ação dos sujeitos (Ciampa, 1987).

Se, como já afirmamos, os papéis se conformam na representação dos diferentes personagens, através do processo da atividade social (que se edifica como movimento e mudança), podemos compreender que o personagem é sempre verbo, mesmo que em alguns momentos ele se afirme como substantivo (Ciampa, 1987). Assim, se analisarmos a forma como se produz o aspecto representacional da identidade, passamos a entender que este ratifica a ilusão de substancialidade do fenômeno (Ciampa, 1987).

A ilusão da identidade como algo estático acontece no jogo de ocultação e revelação de diferentes aspectos predicativos, de forma que o indivíduo reitera representações de si pela repetição de uma identidade pressuposta, apresentando um personagem que se cristalizou como imagem atemporal. Contudo, para que esta repetição ocorra também existe um movimento, que é a constante re-apresentação da imagem supostamente “dada” ou vista pelo Outro como algo “permanente”, pois se o sujeito é histórico, ele está constrangido a se modificar (Lane, 1984), mesmo que seja no esforço de conferir a paralisação do processo identificatório em re-produções prescritas (Ciampa, 1987).

Isto significa que a leitura do processo como metamorfose nos possibilita também a superação das ideologias inscritas no próprio contexto teórico-prático das identidades, pois, se levarmos em consideração uma tradição substantiva do conceito, a essencialização das identidades (quer seja como personalidade, quer seja como um núcleo

essencial) acaba obscurecendo o movimento, as mudanças que lhe são intrínsecas. Acreditamos que a teoria elaborada por Ciampa (1984; 1987) presta-se ao trabalho de “(...) desideologizar os papéis” (Lane, 1995/2009, p. 77), o que implica em apontar as possibilidades de mesmidade no processo e logo, a superação dialética no confronto entre essência e aparência – apontada na ilusão da essência pela aparência do mesmo.

Com base nestes pressupostos, a re-posição conforma a ideia de mesmice, ou seja, a obstrução da metamorfose (no sentido de não-superação de uma identidade pressuposta) em um processo que “(...) fixa e cristaliza as identidades em representações normatizadas” (Miranda, 2011, p. 54), “(...) um fetiche controlando o ator” (Ciampa, 1987, p. 158), que direciona as vivências a um universo presidido pelo jogo das convenções sociais e se apoia na negação da metamorfose como possibilidade.

O ator passa a ser escravo do personagem em uma espécie de compulsão à repetição. Segundo Ciampa (1987) os sujeitos podem tanto aderir a este movimento de re-posição por interesses específicos, quanto terem seus projetos impedidos involuntariamente, barrados pela falta de condições objetivas, presos a uma espécie de “mesmice imposta” (p. 165).

A mesmice promove a tipificação dos indivíduos (Almeida, 2005) e estes passam a definir suas existências em função dos parâmetros convencionais da identidade (Habermas, 1983), ou seja, os sujeitos são obstados de se apresentarem de forma distinta daquilo que é socialmente atribuído e ficam presos a uma representação pressuposta (Almeida, 2005).

A identidade convencional se conforma na delimitação de seu conteúdo e na re-apresentação de personagens que refletem acriticamente tradições, conservam-se em imagens do mundo e administram valores e significados pré-estabelecidos normativamente em uma adesão ritualizada que pode ser de caráter voluntário ou não (Habermas, 1983).

A mesmice passa pela repetição cega aos ideais de autonomia, sob a qual o sujeito torna-se encarcerado, preso ao personagem que criou, seja em função de interesses pessoais, comodismo ou pressões externas, como afirma Almeida (2005). Neste sentido, a imutabilidade deixa de ser uma possibilidade e torna-se única opção visualizada, implicando na aceitação resignada dos ditames hegemônicos. Assim, a condição de mesmice como fetiche nos remete à conformação de identidades convencionais e, por consequência, a negação das identidades-metamorfose como possibilidades emancipatórias, ou seja, identidades que revelam não só a simples mudança de aparência, mas um potencial crítico de transformação da realidade, em acordo com Ciampa (1987).

De maneira que, ao descrever as formas assumidas pela mesmice e a condição de metamorfose/transformação no processo identitário, Ciampa (1987) sinaliza para a leitura das diferentes condições de existência, dadas a partir das expectativas sociais, das aspirações individuais e dos projetos assumidos (ou não) pelos sujeitos perante a realidade histórica vivida. Considerando que a metamorfose designa tanto as transformações pelas quais o sujeito humano se submete ao longo de sua vida, quanto o seu próprio processo de humanizar-se (Ciampa, 2003), o autor nos encaminha a questionamentos acerca dos sentidos possíveis deste movimento inescapável.

A INTEGRAÇÃO DO SINTAGMA: SOBRE O SENTIDO ÉTICO E A NATUREZA POLÍTICA DAS IDENTIDADES-METAMORFOSE

A integração do sintagma identidade-metamorfose-emancipação à Teoria da Identidade conforma-se, portanto, nos textos publicados por Ciampa a partir de 1999 e designa uma preocupação do autor em sinalizar os sentidos possíveis tomados pelos projetos de vida dos sujeitos perante os ditames sociais (Ciampa, 1999). O autor afir-

ma neste entremeio, que a intencionalidade de sua produção teórica não concerne a um empreendimento paradigmático, na medida em que o sintagma não pode ser compreendido através de conteúdos, mas de significações e sentidos adjudicados (e assumidos) pelos indivíduos no contexto da produção de diferentes formas de existência.

Neste interim, a característica de transformação permanente delineada pela tese da identidade-metamorfose é teoricamente mantida, entretanto, o foco dos questionamentos do autor passa a ser a tensão entre autonomia e heteronomia, delineada através dos diferentes sentidos tomados pelas mudanças edificadas na vida dos sujeitos (Ciampa, 2003).

O debate implementado transcorre não só a partir da configuração da identidade como metamorfose e seus processos de mudança e re-posição, mas à compreensão dos direcionamentos deste processo, ou seja, o sentido ético e natureza política das identidades, apontados por Ciampa (2003) como suas principais inquietações no contexto contemporâneo.

Tais inquietações nos remetem ao sentido da vida – daquilo que nós, como seres humanizáveis nos propomos, em termos de pretensões universais dentro do campo dos possíveis. Por este caminho, fica claro que a autonomia é sempre o horizonte desejável, de maneira que o que se preconiza é uma identidade racional do Eu, “(...) que assegure ao mesmo tempo liberdade e individualização da pessoa singular no interior de complexos sistemas de papéis (...)” (Habermas, 1983, p. 81), uma identidade que tenha como pressuposto ético a ideia de emancipação humana.

A emancipação apresenta-se então como possibilidade desejável, entendida como uma:

(...) mudança dotada de poder inovador, de construção de novos sentidos para a existência, de superação de condições pessoais e sociais restritivas que impedem as pessoas

de participarem na determinação de suas próprias ações ou na definição das condições nas quais elas acontecem, e que são geradoras de sofrimentos e inquietações, de subordinação e inferiorização do indivíduo e do cidadão (Almeida, Apud: Almeida, 2005, p. 93).

Quando falamos em emancipação, além de pensarmos nas possibilidades de autonomização das ações a partir da construção de novos sentidos de existência, em oposição às práticas sociais restritivas e inferiorizantes – justamente pela raiz teórica da definição utilizada por Almeida (2005) – estamos implicitamente discorrendo sobre as interrelações não-coagidas no âmbito da linguagem e da ação, a negação de identidades previamente constituídas em relação ao conteúdo e a superação de uma identidade convencional pela assunção de uma identidade pós-convencional.

A identidade pós-convencional se expressa através de uma biografia inconfundível e orienta-se não por um conteúdo prévio, mas pela apropriação crítica das tradições, um intercâmbio entre sistemas de referência que são criticamente examinados pelo sujeito, capaz de relativizá-los e dissolver as identificações com conteúdos previamente constituídos (Habermas, 1983).

O aspecto central desta produção identitária é justamente o fato dela não ser meramente atribuída; a não necessidade de conteúdos fixos e sua orientação por princípios éticos autonomamente escolhidos. Neste contexto, a identidade pós-convencional se apoia na intersubjetividade e é

(...) gerada pela socialização, ou seja, vai-se processando à medida que o sujeito – apropriando-se dos universos simbólicos – integra-se, antes de mais nada, num certo sistema social, ao passo que, mais tarde, ela é garantida e desenvolvida pela individualização, ou seja, precisamente por

uma crescente independência com relação aos sistemas sociais (Habermas, 1983, p. 54).

Há, portanto uma atitude essencialmente reflexiva diante da própria existência que através de um entrelaçamento dos desejos, pretensões e normas estabelecidas, constituem um projeto de vida único. Este processo de formação é descontínuo, marcado por crises (Almeida, 2005) e são os enfrentamentos a elas que desencadeiam a superação dos modelos pré-concebidos de existência, pois o “projeto” só se realiza mediante relações simétricas de reconhecimento recíproco (Habermas, 2002).

De modo que a oposição ou resistência aos modos de vida potencialmente desumanizantes são os principais indicadores deste processo que tem como característica uma utopia emancipatória como meta a ser alcançada, um projeto de luta pela dignidade da vida humana e que dá o sentido ético às identidades (Ciampa, 2003), traduzido por uma incansável busca pela emancipação.

Este conceito é baseado nos pressupostos da teoria habermasiana. Em Habermas a noção de emancipação está fundamentalmente atrelada ao conceito de “razão comunicativa”, pois, segundo Repa (2008), somente a partir do entendimento sem coerção podemos ter a chave para um contexto de vida emancipada. Nesta conjuntura, não existem modelos previamente inscritos de ação, mas uma orientação de procedimentos que garantam um consenso livremente produzido nas relações de comunicação, ou seja, a construção de condições objetivas para a efetivação da ação comunicativa (Habermas, 1993).

A ação comunicativa constitui um mecanismo de produção da ação gerido pelos processos de entendimento e integração social mobilizados pela linguagem. O consenso nas relações que visam ao entendimento só ocorre na condição do reconhecimento intersubjetivo, ou seja, quando se admite que os indivíduos falantes sejam aceitos em seus

proferimentos. Por sua vez, o ato de fala concretiza-se não numa ação vazia, mas numa reivindicação de pretensão de validade, que deve ter efeitos de tomada de posição por parte do ouvinte. Neste ínterim, indivíduos se tornam sujeitos quando reconhecidos em suas pretensões e não necessariamente quando elas tornam-se práticas ou normas – pois há também o risco do dissenso em qualquer tentativa de interação.

A ideia de razão comunicativa em Habermas (2002) diz respeito à razão orientada ao entendimento, que imediatamente nos aponta para a questão da emancipação, na medida em que o autor defende que existe um potencial emancipatório em todo proferimento e que sua análise teórica intenciona mostrar as diferenciações sociais, identificar formas patológicas de existência e compreender os sentidos das produções simbólicas democráticas e autônomas (Repa, 2008).

A centralidade da linguagem no projeto habermasiano deixa suas marcas na construção da Teoria da Identidade, na medida em que a leitura dos elementos da teoria do agir comunicativo entrelaçados à noção de emancipação, legitimam a concepção de um sintagma identitário, justificando a construção de uma macro categoria (Ciampa, 1999) elaborada a partir de três conceitos indissociavelmente articulados: identidade-metamorfose-emancipação.

A apropriação teórica dos conceitos de Habermas realizada por Ciampa (1999; 2003), possibilita um ampliação conceitual profícua à Teoria da Identidade, que denota um compromisso de compreender o fenômeno como um processo em constante formação e transformação (por isto, sua predicação eminentemente histórica), cujo sentido ético se traduz a partir de uma utopia emancipatória (Ciampa, 2003).

Este sentido ou meta de humanização a ser alcançada, só pode ser possível por meio da realização de projetos políticos (Ciampa, 2003), que se edificam mediados pela intersubjetividade, ou seja, mediante construções que articulam dialeticamen-

te socialização e individuação (Ciampa, 2005). E neste complexo epistemológico, “(...) a subjetividade do indivíduo é vista sempre articulada com a objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem (Ciampa, 2005, p. 07).

A INVERSÃO DA METAMORFOSE: QUESTIONANDO OS SENTIDOS DO PROCESSO IDENTITÁRIO

A análise dos contextos de interação na teoria da ação comunicativa habermasiana além de apontar possibilidades emancipatórias, designa um tipo de inter-relação que serve aos desígnios do sistema. Em contraste à ação comunicativa, as relações heterônomas se desenvolvem por meio do agir estratégico: uma forma de interação orientada a um fim (e não a um consenso), de maneira que aqui o ato de fala é utilizado apenas como meio para transmissão de informações, independentemente das expectativas e pretensões dos atores aos quais se dirige (Habermas, 2002).

O agir estratégico depende da influência de uns atores sobre outros, resultando na indução de uma das partes a um determinado tipo de comportamento, tendo portanto, um caráter instrumental (Habermas, 2002). Não existe um acordo válido nesta forma de interação, que se realiza a partir de induções, ameaças ou enganos, ferindo as condições de um pacto consensual:

Aquilo que se obtém visivelmente através de gratificação ou ameaça, sugestão ou engano, não pode valer intersubjetivamente como acordo; tal intervenção fere as condições sob as quais as forças ilocucionárias despertam convicções e geram ‘contactos’ (Habermas, 2002, p. 72, grifos do autor).

Deve-se levar em consideração que o agir estratégico também ocorre no mun-

do da vida, justamente por causa das invasões sistêmicas. Neste sentido, aparece como alternativa para ações comunicativas fracassadas, de maneira que as relações do mercado e do poder passam a ser reguladas pelas instituições (Habermas, 2002), que representam a articulação entre o mundo da vida e o sistema (Almeida, 2005).

O pano de fundo deste complexo são as formas unilaterais e patológicas de existência, pois, na medida em que as estruturas sistêmicas se sobrepõem ao mundo da vida, mais e mais as ações de caráter instrumental dominam as esferas comunicacionais espontâneas. A consequência prática deste processo é a inversão de valores pelo cerceamento dos espaços de autonomia, provocando crises de sentido, a supressão sistemática das ações voltadas ao entendimento e o “esmigalhamento” das formas de solidariedade (Habermas, 2005), ou seja, a construção de interações sistematicamente distorcidas que levam a um contexto de desumanização.

Como já sinalizado anteriormente, Ciampa (2003) com base nos elementos teóricos supracitados, aponta que a possibilidade da realização de um projeto que dê sentido ético às identidades, só se realiza mediante a concretização de ações políticas. E se a identidade resulta de um “(...) encontro entre a idéia que fazemos ou a imagem que temos de nós mesmos e dos outros e, a idéia ou a imagem que os outros têm de nós” (Almeida, 2005, p. 52), estamos falando de um processo essencialmente conflitivo, no qual as representações pessoais e coletivas podem ou não convergir.

Perante o choque entre estas representações, pode ocorrer a inversão da metamorfose, de maneira que o “projeto” de uma busca emancipatória se converta num processo desumanizante. Tal processo ocorre quando as ações políticas vislumbradas pelos sujeitos ou grupos encontram obstáculos, são impedidas de forma violenta, impositiva ou coercitiva:

A destruição, a degradação e a indignidade de pessoas e grupos são formas de metamorfose, em última

análise, provocadas de modo heterônomo por um poder interiorizado subjetivamente e – ou apenas – exteriorizado objetivamente. Ou seja, quase sempre, senão sempre, há um conflito político que se estabelece entre a pretensão de uma identidade social, de um lado como (1) auto-afirmação e hetero-reconhecimento de um projeto emancipatório e, de outro, como (2) hetero-afirmação e auto-reconhecimento de um projeto coercitivo ou de dominação (Ciampa, 2003, p. 03).

O sentido do processo identitário é, então, questionado, partindo do pressuposto de que este último se correlaciona a um conflito entre autonomia e heteronomia, entre a pretensão de uma vida que faça sentido, concretizada através da efetivação de uma ação política (que pode ocorrer de forma explícita ou não) e a coisificação dos indivíduos, ou seja, um processo de metamorfose que é invertido no seu sentido ético, no qual os indivíduos e coletividades são impelidos por forças coercitivas (de ordem subjetiva e/ou objetiva) que impedem a realização de projetos políticos emancipatórios.

A ação política e, por consequência, a produção de identidades pós-convencionais – ou de acordo com Ciampa (2002), identidades políticas – pode ser então obstada por uma interiorização a-crítica de normas, ou heteronomia e/ou por uma ação externa que impeça ou dificulte a realização de projetos emancipatórios que, geralmente, ocorre de forma violenta, através de coerção, imposições, ameaças.

Com base nestes pressupostos, afirmamos que a condição *sine qua non* para a produção de ações emancipatórias consiste na assunção de uma perspectiva diferente daquela já estabelecida e que modifique os parâmetros já estabelecidos pelo contexto societário.

Neste sentido, a discussão sobre os significados dados à emancipação em Habermas também nos abre espaço para o

debate acerca da natureza política do processo identitário, pois o conceito de razão comunicativa está diretamente relacionado à ideia de planos de ação possíveis num universo interativo e não à condição pura de ipseidade. Assim, a produção das identidades e seu sentido emancipatório (ou não) implica num choque entre as pretensões dos indivíduos e as exigências de pertinência dadas pelos grupos aos quais ele se afilia. Falamos, portanto, de políticas de identidade e das possibilidades de construção de identidades políticas.

Ciampa (2002) compreende as políticas de identidade como as formas diversas pelas quais os grupos sociais hegemônicos e minoritários lutam pela afirmação de suas identidades coletivas. São discursos e estratégias de ação que, quando operados, traduzem a assunção de um personagem coletivo que corresponda às intenções do (ou dos) movimento a que pertencem os sujeitos confirmando a adesão a determinados modelos identificatórios.

A questão crucial para compreendermos o sentido das ações políticas dos indivíduos reside na condição de que elas só podem ser consideradas legítimas quando centradas nos pressupostos da ação comunicativa, nem sempre passíveis de realização em todos os contextos (Almeida, 2005). Assim, tais políticas podem servir tanto aos interesses sistêmicos quanto às diferentes formas coletivas de integração dos grupos de minorias: são as políticas de identidade de dominação em contraposição às políticas de identidade emancipatórias.

As políticas de identidade de dominação são políticas regulatórias e caracterizam-se por designarem ações coletivas que, ao serem invadidas pelas formas sistêmicas, a exemplo das representações coletivas e dos comportamentos sociais desenvolvidos pelo pensamento hegemônico, buscam a manutenção do status quo. Por outro lado, as políticas de identidade com teor emancipatório inspiram o vigor e a energia de mudança, construindo novos espaços de discussão e práticas políticas baseadas no consenso, a partir

das ações e reivindicações coletivas assumidas pelos grupos oprimidos (Ciampa, 2002).

A afirmação de uma identidade com sentido emancipatório no plano individual se corrobora através da conformação de identidades políticas (Ciampa, 2002), ou identidades pós-convencionais, de acordo com Habermas (1983).

Este movimento, segundo Ciampa (2002), é sempre alicerçado pelas políticas de identidade que, em um primeiro momento, servem aos indivíduos como ideais identificatórios para a formação de laços solidários e suporte às reivindicações por igualdade. Mas, para que a conformação de identidades políticas seja realizada, também se faz necessário o movimento de individuação, ou seja, a criação de uma concepção de identidade única que, ao mesmo tempo em que se vincula a determinados modelos oferecidos pela sociedade, possa se diferenciar, numa atitude reflexiva, para seguir assumindo novos projetos e novas pretensões de reconhecimento.

Por isto a conformação de identidades políticas é sempre produto de um conflito, pois, no contexto do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, não existe processo de transformação que não abra espaços para diferentes formas de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LOCALIZANDO A IDENTIDADE COMO TEORIA

Ao avaliarmos a extensão e o potencial analítico da obra de Antônio da Costa Ciampa; assim como Lima (2010) e Carone (s/d), acreditamos que seu trabalho configure uma Teoria da Identidade e não apenas uma categoria de análise. Por isto mesmo, ao longo deste ensaio, buscamos pensar com o autor e não analisar o seu trabalho à luz de paradigmas prontos.

Esta Teoria está fundamentada na orientação para a emancipação, sobretudo a partir das contribuições habermasianas.

Marcado pela influência do pensamento de uma Teoria Crítica da Sociedade, a obra de Ciampa parte do pressuposto de que o funcionamento da sociedade não deve ser somente explicado, mas analisado em sua dimensão concreta à luz de um “interesse emancipatório”. Isto significa buscar a construção de um quadro teórico de análises que contemple tanto as estruturas sociais de dominação quanto os processos de superação desta mesma realidade (Saavedra, 2007), ou seja, a sociedade, os limites e possibilidades à condição emancipatória.

Num primeiro momento de sua produção, diante de um contexto histórico de revisão crítica dos conceitos em Psicologia Social (Lane, 1995/2009), o autor inova ao defender a tese da identidade-metamorfose, concebendo-a como processo inescapável de transformações. Ciampa (1984, 1987) redimensiona os parâmetros teóricos do entendimento da identidade, ao realizar uma análise crítica acerca da constituição humana, partindo do pressuposto de que “o devir homem-sujeito é praticamente impossível (ao menos universalmente)” (Ciampa, 1987, p. 182).

Além disto, o autor considera a produção identitária como um processo intersubjetivo, construindo uma estrutura teórico-conceitual que projeta uma concepção de sujeito transformador e autor de sua própria história, mediante os limites impostos pelo contexto hegemônico: assim, os sujeitos se constroem a partir dos processos de socialização e individuação.

Esta perspectiva trás tanto a possibilidade de aparecimento das identidades-mesmice, quanto o aparecimento do potencial emancipatório, movimento no qual o sujeito hominiza-se e reage à coerção da sociedade, opondo-se à heteronomia infligida pelos processos socializadores (Miranda, 2014).

No segundo momento de sua trajetória, o autor acresce à Teoria a construção de um sintagma, organizado a partir de três conceitos indissociavelmente articulados: identidade-metamorfose-emancipa-

ção. Esta mudança denota uma ampliação conceitual, elaborada sobretudo, a partir centralidade da linguagem no projeto habermasiano. A identidade continua a ser concebida como um processo de transformações qualitativas constantes, todavia, a leitura dos sentidos dados a esta construção passa a ser o principal foco de inquietações do autor. A produção identidade pressupõe, portanto, um sentido ético (demarcado por um horizonte emancipatório desejável) e uma natureza política, de forma que sua conformação como projeto emancipatório só realiza perante a concretização de ações políticas implementadas a partir de um projeto de vida.

Neste contexto, o processo de emancipação passa a ser entendido também como um processo de comunicação. De forma que o diálogo sem coações externas constitui, portanto, a saída para a alienação, para a perda da individualidade e para a recuperação da autonomia (Deluiz, 1995), ou seja, a saída para a constituição de identidades políticas, ou identidades pós-convencionais, de acordo com Habermas (1983).

Mas Ciampa (2003) nos aponta também o perigo da inversão da metamorfose. Este fenômeno é assinalado a partir do conceito habermasiano de agir estratégico, que proclama as “invasões sistêmicas do mundo da vida”. A inversão do processo identitário ocorre quando indivíduos e grupos são impedidos (de forma objetiva e/ou subjetiva) da realização de suas ações políticas, restringidos pelas imposições e ameaças presentes no contexto hegemônico.

Esta situação coercitiva é característica das atuais sociedades, nas quais verificamos uma dinâmica politicamente descontrolada e guiada pelo princípio do desempenho, que substitui as formas de comunicação e participação na formação democrática da vontade. Em outras palavras, emerge uma tendência de despolitização dos cidadãos, que pode ser exemplificada pela lógica de mercado (ou lógica neoliberal) invadindo diferentes setores da vida de modo crescente (Habermas, 2005).

A partir destes parâmetros, concluímos que a busca por assinalar os fenômenos patológicos e as possibilidades emancipatórias realizada por Ciampa (1999; 2003) a partir da edificação do sintagma, constitui uma estratégia de análise que serve de suporte à discussão da problemática societária, de forma que os conceitos elaborados pelo autor em sua Teoria da Identidade buscam iluminar a produção de "(...) um diagnóstico do tempo capaz de oferecer uma compreensão complexa e acurada do momento histórico e das possibilidades emancipatórias" (Nobre, 2008, p. 19).

Destarte, compreendemos que a edificação desta Teoria visa, especialmente, encontrar pontos de fuga, alternativas emancipatórias perante o quadro de individualismos, coerções e dissensos causados pela inversão de valores nas sociedades modernas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. A. M. (2005). Sobre a anamorfose: identidade e emancipação na velhice. (Tese de Doutorado não-publicada). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Carone, I. (2007). O papel de Silvia Lane na mudança da Psicologia Social do Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 62-66.
- Carone, I. (s/d). Análise epistemológica da Tese de Doutorado de Antônio da Costa Ciampa. (Mimeo).
- Ciampa, A. C. Identidade. (1984). In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1999). Identidade: um paradigma para a Psicologia Social? Comunicação apresentada em Simpósio no X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Outubro, 1-5, (Mimeo).
- Ciampa, A. C. (2002). Políticas de identidade e identidades políticas. In: Dunker, C. L. I. Passos, M. C. (Orgs). *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon.
- Ciampa, A. C. (2003). A identidade social como metamorfose humana em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico. In: XXIX Congresso Interamericano de Psicologia, Lima, Peru. *Anais do XXIX Congresso Interamericano de Psicologia*.
- Ciampa, A. C. (2005). Anotações sobre "fundamentos filosóficos" da linha de pesquisa, para sistematizar a abordagem teórica adotada. Março, 1-9, (Mimeo).
- Deluiz, N. (1995). Formação do sujeito e a questão democrática em Habermas. *Boletim Técnico do Senac*, 21 (1), jan/abr, 1-8.
- Habermas, J. (1983). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- Habermas, J. (2002). *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Konder, L. *O que é dialética*. São Paulo: Abril Cultural, 1990.
- Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane, S.T M. & CODO, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 10-19.
- Lane, S. T. M. (2009). Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (Orgs.) *Novas verdades da Psicologia Social*. São Paulo: Editora Brasiliense, 67-81 [Original publicado em 1995].
- Lima, A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP/EDUC.

Mead, G. H. (1973). *Espírito, persona e sociedade*. Barcelona: Paidós.

Mead, G. H. (1991). La génesis del self y el control social. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Madrid, 55, jul./set. [Original publicado em 1925, pelo *International Journal of Ethics*, 35, 251-277].

Miranda, S. F. (2011). *Identidades de Afro-descendentes: resistência e preconceito como motores de um processo em produção*. Recife: ABRAPSO.

Miranda, S. F. (2014). Discutindo o racismo acadêmico sob a égide da Psicologia Social. In: Bento, M. A. S.; Jesus, M. S.; Nogueira, S. G. (Orgs.) *Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a psicologia social no brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 231-245.

Nobre, M. (2008). Introdução: modelos de teoria crítica. In: Nobre, M. (Org.) *curso livre de teoria crítica*. Campinas, SP: Papyrus, 9-20.

Repa, L. (2008). Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de Teoria Crítica. In: Nobre, M. (Org.) *Curso livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papyrus, 161-183.

Saavedra, G. A. (2007). A teoria crítica de Axel Honneth. In: Souza, J. & Mattos, P. (Orgs.) *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 95-113.

Recebido em 26 de setembro de 2014.

Aprovado para publicação em 02 de novembro de 2014.